

## PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS NA ALFABETIZAÇÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: DESAFIOS E CAMINHOS NA FORMAÇÃO DOCENTE

### INCLUSIVE PEDAGOGICAL PRACTICES IN THE LITERACY OF STUDENTS WITH INTELLECTUAL DISABILITIES: CHALLENGES AND PATHWAYS IN TEACHER TRAINING

### PRÁCTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS EN LA ALFABETIZACIÓN DE ESTUDIANTES CON DISCAPACIDAD INTELECTUAL: DESAFÍOS Y CAMINOS EN LA FORMACIÓN DOCENTE

Madalena Roque da Silva Rodrigues<sup>1</sup>

Marcia Andreia Gayardo<sup>2</sup>

José Pedro Costa<sup>3</sup>

Jaqueline Costa<sup>4</sup>

Rubia Vitoria Silva do Nascimento Michelin<sup>5</sup>

Nilce Salete Ferrari<sup>6</sup>

**RESUMO:** Este artigo buscou analisar as práticas pedagógicas inclusivas na alfabetização de alunos com deficiência intelectual, refletindo sobre os desafios enfrentados pelas escolas e os caminhos possíveis na formação docente. O estudo caracterizou-se como pesquisa bibliográfica, fundamentada em livros, artigos científicos, dissertações e teses publicados prioritariamente nos últimos cinco anos, sem deixar de considerar autores clássicos da educação inclusiva. Foram consultadas bases de dados como SciELO, Google Acadêmico e Periódicos CAPES, utilizando descritores relacionados à alfabetização, inclusão e formação de professores. Os resultados evidenciaram que a alfabetização inclusiva é atravessada por obstáculos estruturais, como a ausência de preparo consistente dos docentes, a rigidez curricular e a falta de recursos acessíveis. Entretanto, também foram identificadas práticas pedagógicas inovadoras que contribuem para o desenvolvimento dos alunos, como o uso da ludicidade, das tecnologias digitais, da flexibilização curricular e da avaliação centrada nos avanços individuais. A análise demonstrou que a formação inicial e continuada dos professores constitui-se como elemento decisivo para a construção de práticas inclusivas efetivas. Conclui-se que a alfabetização de alunos com deficiência intelectual não deve ser compreendida como tarefa isolada do professor, mas como responsabilidade coletiva, que envolve políticas públicas consistentes, apoio institucional e uma cultura escolar comprometida com a valorização da diversidade. Assim, reafirma-se que a inclusão é não apenas possível, mas necessária para consolidar uma escola democrática e transformadora.

**Palavras-chave:** Inclusão. Alfabetização. Deficiência Intelectual. Formação Docente.

<sup>1</sup>Graduando em Mestrado, Universidad Europea Del Atlántico. Florianópolis.

<sup>2</sup>Mestrando em formação de professores, UNEATLÁNTICO, Espanha.

<sup>3</sup>Mestrando em formação de professores, UNEATLÁNTICO. Espanha.

<sup>4</sup>Mestranda, UNEATLÁNTICO. Espanha.

<sup>5</sup>Pós-graduação em Administração Escolar (graduação em licenciatura em pedagogia), Faculdade UNINA.

<sup>6</sup>Pós-Graduação em: Neurociências e Aprendizagem/Psicopedagogia e Educação Infantil. AJES.

**ABSTRACT:** This article aimed to analyze inclusive pedagogical practices in the literacy of students with intellectual disabilities, reflecting on the challenges faced by schools and the possible pathways in teacher training. The study was characterized as a bibliographic research, based on books, scientific articles, dissertations, and theses published mainly in the last five years, without disregarding classical authors of inclusive education. Databases such as SciELO, Google Scholar, and CAPES Journals were consulted, using descriptors related to literacy, inclusion, and teacher training. The results showed that inclusive literacy is crossed by structural obstacles, such as the lack of consistent teacher preparation, curricular rigidity, and the absence of accessible resources. However, innovative pedagogical practices that contribute to students' development were also identified, such as the use of playfulness, digital technologies, curricular flexibility, and assessment focused on individual progress. The analysis demonstrated that initial and continuing teacher training is a decisive element for building effective inclusive practices. It is concluded that the literacy of students with intellectual disabilities should not be understood as an isolated task of the teacher but as a collective responsibility that involves consistent public policies, institutional support, and a school culture committed to valuing diversity. Thus, it is reaffirmed that inclusion is not only possible but necessary to consolidate a democratic and transformative school.

**Keywords:** Inclusion. Literacy. Intellectual Disability. Teacher Training.

**RESUMEN:** Este artículo tuvo como objetivo analizar las prácticas pedagógicas inclusivas en la alfabetización de estudiantes con discapacidad intelectual, reflexionando sobre los desafíos enfrentados por las escuelas y los posibles caminos en la formación docente. El estudio se caracterizó como una investigación bibliográfica, basada en libros, artículos científicos, disertaciones y tesis publicadas principalmente en los últimos cinco años, sin dejar de considerar a los autores clásicos de la educación inclusiva. Se consultaron bases de datos como SciELO, Google Académico y Periódicos CAPES, utilizando descriptores relacionados con alfabetización, inclusión y formación de profesores. Los resultados evidenciaron que la alfabetización inclusiva está atravesada por obstáculos estructurales, como la falta de preparación docente consistente, la rigidez curricular y la ausencia de recursos accesibles. Sin embargo, también se identificaron prácticas pedagógicas innovadoras que contribuyen al desarrollo de los estudiantes, como el uso de la ludicidad, las tecnologías digitales, la flexibilidad curricular y la evaluación centrada en los avances individuales. El análisis demostró que la formación inicial y continua del profesorado constituye un elemento decisivo para la construcción de prácticas inclusivas efectivas. Se concluye que la alfabetización de estudiantes con discapacidad intelectual no debe ser comprendida como una tarea aislada del profesor, sino como una responsabilidad colectiva que involucra políticas públicas consistentes, apoyo institucional y una cultura escolar comprometida con la valorización de la diversidad. De esta manera, se reafirma que la inclusión no solo es posible, sino necesaria para consolidar una escuela democrática y transformadora.

**Palabras clave:** Inclusión. Alfabetización. Discapacidad Intelectual. Formación Docente.

## INTRODUÇÃO

A alfabetização constitui-se como um dos pilares fundamentais da educação, sendo não apenas um processo de aquisição de códigos linguísticos, mas sobretudo uma experiência de

inserção social, cultural e cidadã. No Brasil, o debate sobre alfabetização de alunos com deficiência intelectual ganha cada vez mais relevância, pois evidencia os desafios de garantir condições adequadas para o desenvolvimento das potencialidades desses estudantes em um contexto de diversidade e equidade. Nesse sentido, compreender como se estruturam as práticas pedagógicas inclusivas nesse campo torna-se essencial para pensar caminhos que assegurem o direito de aprender e a participação plena na vida escolar (MANTOAN, 2015).

A educação inclusiva, prevista em documentos normativos nacionais e internacionais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Declaração de Salamanca, reforça a importância de promover estratégias pedagógicas que atendam às especificidades dos alunos com deficiência. Na alfabetização, esse compromisso é ainda mais desafiador, pois exige do professor não apenas domínio dos métodos tradicionais de ensino da leitura e da escrita, mas também sensibilidade, criatividade e flexibilidade para adaptar recursos, linguagens e tempos de aprendizagem (BRASIL, 2017). O professor, nesse cenário, torna-se mediador fundamental do processo de inclusão.

No caso da deficiência intelectual, observa-se que a dificuldade não está apenas na aprendizagem dos alunos, mas também na ausência de formação docente capaz de prepará-los para enfrentar a complexidade do processo de alfabetizar com equidade. Diversos estudos têm apontado que, muitas vezes, a formação inicial e continuada dos professores não oferece suporte suficiente para lidar com a heterogeneidade das turmas, o que compromete a qualidade das práticas inclusivas (GLAT; PLETSCH, 2019). Assim, há uma lacuna entre o discurso das políticas públicas e a realidade vivenciada no cotidiano escolar.

Nesse contexto, torna-se imprescindível refletir sobre os desafios que permeiam a alfabetização de alunos com deficiência intelectual, não no sentido de reduzir suas possibilidades de aprendizagem, mas de reconhecer que a escola precisa se reinventar para que o processo educativo seja de fato inclusivo. Como defendem Oliveira e Leite (2020), práticas pedagógicas inclusivas demandam não apenas técnicas diferenciadas, mas uma postura ética e política de reconhecimento da diversidade como valor e da diferença como potência para a transformação educativa.

A relevância deste estudo se justifica, portanto, pelo fato de que discutir práticas pedagógicas inclusivas na alfabetização de alunos com deficiência intelectual significa avançar na consolidação de uma escola democrática e comprometida com a igualdade de oportunidades. Mais do que identificar barreiras, busca-se destacar possibilidades e caminhos que favoreçam a

construção de um ambiente escolar em que todos os alunos possam aprender com dignidade. Dessa forma, a investigação sobre tais práticas contribui não apenas para a produção acadêmica, mas também para a prática pedagógica cotidiana, que necessita de subsídios teóricos e metodológicos para a efetivação da inclusão (SILVA; NOGUEIRA, 2021).

Por fim, compreender os desafios e caminhos na formação docente para alfabetizar alunos com deficiência intelectual é lançar luz sobre a urgência de políticas públicas mais consistentes, programas de formação continuada e maior valorização do professor. Afinal, como lembra Paulo Freire (1996), ensinar é um ato de coragem e esperança, que exige compromisso com o outro e a crença de que todos podem aprender. É a partir dessa perspectiva que este artigo se propõe a refletir sobre as práticas pedagógicas inclusivas no processo de alfabetização, articulando teoria e prática, desafios e possibilidades, limites e horizontes.

## MÉTODOS

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza bibliográfica, cujo objetivo central foi analisar a produção acadêmica recente que aborda as práticas pedagógicas inclusivas no processo de alfabetização de alunos com deficiência intelectual. A opção por esse tipo de investigação se justifica pela possibilidade de reunir, sistematizar e interpretar diferentes perspectivas teóricas e empíricas já publicadas sobre o tema, permitindo uma compreensão ampla das contribuições, dos desafios e das lacunas existentes. Segundo Gil (2019), a pesquisa bibliográfica constitui-se em importante estratégia para aprofundar um objeto de estudo a partir de fontes previamente sistematizadas, favorecendo a construção de um quadro analítico consistente.

Para alcançar esse propósito, foram selecionadas fontes acadêmicas em língua portuguesa, priorizando artigos científicos, dissertações, teses e livros publicados nos últimos cinco anos, de forma a garantir a atualidade das discussões, sem deixar de considerar autores clássicos que são referências incontornáveis para o campo da inclusão, como Paulo Freire e Vygotsky. Como ressaltam Lakatos e Marconi (2017), a pesquisa bibliográfica exige não apenas a reunião de materiais, mas também um olhar crítico do pesquisador, capaz de interpretar, comparar e relacionar ideias que dialogam entre si.

O levantamento das obras foi realizado em bases de dados reconhecidas no cenário acadêmico, tais como SciELO, Google Acadêmico e Periódicos CAPES, utilizando descritores como alfabetização, inclusão, deficiência intelectual e formação docente. Essa escolha

metodológica permitiu identificar produções que discutem tanto os aspectos teóricos quanto as experiências práticas, possibilitando um mapeamento abrangente da literatura nacional sobre o tema. De acordo com Severino (2017), a sistematicidade na busca e seleção dos materiais é fundamental para assegurar a validade e a confiabilidade do processo investigativo.

O critério de inclusão das fontes considerou a relevância direta para o objeto deste estudo, de modo que foram selecionados apenas os trabalhos que apresentavam discussões sobre alfabetização e inclusão de alunos com deficiência intelectual no contexto escolar. Além disso, privilegiaram-se publicações em periódicos qualificados e com acesso integral ao texto, garantindo a transparência e a profundidade na análise. Trabalhos que tratavam apenas de inclusão em termos gerais, sem vinculação com o processo de alfabetização, foram excluídos da revisão.

A análise do material coletado foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016), que possibilita identificar categorias temáticas recorrentes, agrupando-as em eixos interpretativos. Dessa forma, foi possível organizar os resultados em torno de três grandes dimensões: as práticas pedagógicas utilizadas no processo de alfabetização de alunos com deficiência intelectual, os desafios enfrentados pelos docentes e os caminhos apontados para a formação e atuação inclusiva.

1307

Por fim, cabe destacar que este estudo respeitou os princípios éticos relacionados à produção acadêmica, assegurando a fidedignidade das fontes utilizadas e a integridade das citações, em conformidade com as normas da ABNT. Ainda que não tenha envolvido pesquisa com seres humanos, a atenção aos aspectos éticos se expressa no compromisso em utilizar referências reais, verificar a autenticidade dos dados e contribuir para o debate científico de forma responsável e fundamentada. Assim, a metodologia bibliográfica se configura como o alicerce que sustenta as reflexões apresentadas ao longo do artigo.

## RESULTADOS

A análise das produções bibliográficas evidenciou que a alfabetização de alunos com deficiência intelectual é um campo marcado por inúmeros desafios, mas também por experiências pedagógicas inovadoras que reforçam a potência da inclusão. Os trabalhos encontrados apontam que o principal obstáculo enfrentado pelas escolas continua sendo a insuficiência de preparo docente, tanto na formação inicial quanto na continuada, para lidar

com as especificidades desse público (SILVA; NOGUEIRA, 2021). Essa lacuna impacta diretamente a qualidade das práticas alfabetizadoras.

Ao mesmo tempo, constatou-se que existem estratégias pedagógicas que têm mostrado resultados significativos, sobretudo quando se apoiam em metodologias ativas e recursos diversificados. A utilização de jogos educativos, materiais visuais e tecnologias digitais, por exemplo, aparece em diferentes estudos como ferramentas capazes de favorecer a aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual, ampliando suas possibilidades de participação e engajamento (RODRIGUES; SOARES, 2020).

Outro achado relevante foi a constatação de que a inclusão só se torna efetiva quando ocorre de maneira planejada e intencional, considerando o contexto da escola, as características individuais dos estudantes e o apoio das famílias. Nesse sentido, o envolvimento de diferentes atores do processo educativo professores, gestores, profissionais de apoio e comunidade revela-se essencial para construir um ambiente alfabetizador que respeite a diversidade (LOPES; ALMEIDA, 2019).

A literatura também aponta que práticas pedagógicas inclusivas não se reduzem a adaptações metodológicas superficiais, mas exigem uma transformação cultural na escola. O reconhecimento da diferença como valor educativo, e não como barreira, constitui-se em um princípio fundamental da inclusão. Como destaca Mantoan (2015), incluir não é apenas colocar o aluno em sala de aula, mas criar condições reais para sua participação e aprendizagem.

1308

Diversos estudos evidenciam que a alfabetização de alunos com deficiência intelectual se fortalece quando articulada ao trabalho colaborativo entre professores e equipe de apoio. Projetos interdisciplinares, reuniões pedagógicas e trocas de experiências são apontados como caminhos para ampliar as práticas inclusivas. Essa articulação, quando ocorre de forma contínua, contribui para que a escola se torne um espaço de construção coletiva do conhecimento (FERREIRA; PLETSCHE, 2020).

Além disso, verificou-se que a avaliação desempenha um papel central nesse processo. Avaliar de maneira inclusiva significa considerar os avanços individuais, respeitando o ritmo e as possibilidades de cada estudante. A literatura reforça que avaliações rígidas e padronizadas tendem a excluir os alunos com deficiência intelectual, enquanto processos avaliativos flexíveis possibilitam o reconhecimento de pequenas conquistas que, no contexto inclusivo, são extremamente significativas (CARVALHO; PEREIRA, 2021).

Os resultados também indicam que a formação docente é um eixo transversal em todas as produções analisadas. A ausência de preparo consistente gera insegurança nos professores e limita sua capacidade de inovar nas práticas alfabetizadoras. Estudos recentes defendem que programas de formação continuada devem priorizar a reflexão sobre práticas inclusivas e o uso de metodologias diversificadas (OLIVEIRA; LEITE, 2020).

Outro aspecto recorrente é a importância da afetividade no processo de alfabetização. Pesquisas revelam que vínculos afetivos positivos entre professores e alunos são determinantes para que crianças com deficiência intelectual se sintam motivadas a aprender. O acolhimento, a valorização e o incentivo constante emergem como práticas pedagógicas que fortalecem a autoestima dos estudantes e criam um ambiente de confiança (CUNHA; SANTOS, 2019).

Foi possível observar ainda que a adoção de recursos tecnológicos pode potencializar a alfabetização inclusiva. Softwares educativos, aplicativos de leitura e plataformas digitais oferecem novas formas de mediação, especialmente quando integrados ao planejamento pedagógico. No entanto, os estudos ressaltam que a tecnologia, por si só, não garante inclusão: ela precisa ser usada de maneira crítica e criativa pelos professores (SOUZA; ANDRADE, 2022).

A literatura revisada mostra também que escolas que desenvolvem práticas alfabetizadoras inclusivas costumam adotar uma perspectiva de currículo flexível. Essa flexibilidade permite adequar conteúdos e estratégias às necessidades individuais, evitando tanto a exclusão quanto a padronização excessiva. De acordo com Glat e Pletsch (2019), a flexibilização curricular é uma condição essencial para que a inclusão se concretize no cotidiano.

Outro resultado importante refere-se ao papel das políticas públicas. Embora documentos como a BNCC e o PNE reforcem o direito à inclusão, muitos estudos revelam uma distância significativa entre a legislação e a prática escolar. Falta investimento em infraestrutura, materiais acessíveis e formação de professores, o que fragiliza o alcance de uma alfabetização realmente inclusiva (BRASIL, 2017).

Os estudos analisados também destacam que a resistência de alguns profissionais e famílias ainda constitui um desafio. O preconceito e a baixa expectativa em relação à aprendizagem de alunos com deficiência intelectual muitas vezes limitam o investimento pedagógico. Esse cenário reforça a necessidade de sensibilização e de mudança cultural para que a inclusão seja assumida como valor coletivo (SANTOS; LIMA, 2021).



Foi identificado que iniciativas de formação continuada voltadas especificamente para a alfabetização inclusiva têm apresentado resultados promissores. Cursos, oficinas e programas de acompanhamento pedagógico possibilitam aos docentes experimentar novas metodologias e refletir sobre suas práticas, promovendo mudanças significativas no processo de ensino (BARBOSA; REIS, 2022).

Os resultados também revelam que, quando os professores assumem uma postura investigativa e reflexiva, tornam-se mais capazes de compreender as necessidades dos alunos e de planejar intervenções pedagógicas adequadas. Essa postura está alinhada à perspectiva defendida por Paulo Freire (1996), de que ensinar exige humildade, abertura ao diálogo e compromisso com a transformação social.

A análise das produções mostra ainda que práticas pedagógicas inclusivas favorecem não apenas os alunos com deficiência intelectual, mas toda a turma. As estratégias diferenciadas, a flexibilização de recursos e a valorização da diversidade beneficiam o conjunto dos estudantes, fortalecendo uma cultura escolar mais democrática e participativa (FERNANDES; MARTINS, 2020).

Outro ponto identificado é que a inclusão escolar não deve ser entendida como responsabilidade exclusiva do professor da sala regular. O apoio de profissionais especializados, como psicopedagogos e intérpretes, amplia as possibilidades de intervenção e enriquece o processo de alfabetização. A colaboração entre diferentes áreas do conhecimento é essencial para lidar com a complexidade da deficiência intelectual (MELO; ARAÚJO, 2019).

1310

Observou-se também que práticas inclusivas bem-sucedidas costumam valorizar a aprendizagem por meio de experiências concretas. Atividades lúdicas, artísticas e de interação social permitem que os alunos desenvolvam habilidades cognitivas, sociais e emocionais de maneira integrada. A ludicidade aparece, portanto, como um recurso central para promover o desenvolvimento e a alfabetização (MIRANDA; COSTA, 2021).

As produções analisadas reforçam, ainda, que a inclusão na alfabetização só se efetiva quando há compromisso institucional. Escolas que assumem a inclusão como parte de seu projeto político-pedagógico conseguem superar resistências e mobilizar toda a comunidade escolar em prol de práticas mais equitativas (BARROS; SOUZA, 2022).

Outro aspecto recorrente é a necessidade de acompanhamento contínuo do processo de alfabetização. Estudos apontam que alunos com deficiência intelectual necessitam de acompanhamento pedagógico próximo, com registros sistemáticos dos avanços e dificuldades,



de modo a orientar as intervenções futuras. Esse acompanhamento contribui para que a inclusão seja construída de forma gradual e sustentável (ALMEIDA; TORRES, 2020).

Por fim, a análise dos resultados permite afirmar que a alfabetização inclusiva de alunos com deficiência intelectual é um processo complexo, mas viável, desde que haja investimento em formação docente, flexibilização curricular, apoio institucional e compromisso ético com a diversidade. O conjunto das práticas identificadas aponta para caminhos que, se fortalecidos, podem contribuir significativamente para uma escola mais justa e inclusiva.

## DISCUSSÃO

Os resultados obtidos na análise da produção bibliográfica demonstram que a alfabetização de alunos com deficiência intelectual ainda enfrenta limitações estruturais e formativas significativas. Esse dado converge com as reflexões de Glat e Pletsch (2019), que enfatizam a distância entre as intenções normativas das políticas públicas e a efetividade das práticas pedagógicas. A falta de formação consistente dos docentes e a escassez de recursos adaptados seguem como barreiras centrais para a inclusão.

Ao mesmo tempo, verificou-se que práticas pedagógicas inovadoras, como o uso de metodologias ativas e de recursos lúdicos, podem ampliar as possibilidades de aprendizagem. Esse achado encontra respaldo em Miranda e Costa (2021), que destacam o papel da ludicidade como estratégia inclusiva, pois ela favorece a motivação, a socialização e o desenvolvimento cognitivo dos estudantes. A alfabetização, nesse contexto, deixa de ser um processo mecânico e passa a ser uma experiência significativa.

A presença das tecnologias digitais também aparece como elemento de destaque, mas os estudos analisados deixam claro que sua utilização só se torna efetiva quando acompanhada de intencionalidade pedagógica. Souza e Andrade (2022) reforçam que os recursos digitais, embora ampliem as oportunidades de aprendizagem, precisam ser mediados criticamente pelos professores, de modo a não se restringirem a um caráter meramente instrumental. Assim, a tecnologia deve ser compreendida como meio e não como fim.

Outro ponto de convergência entre os resultados e a literatura é a relevância da avaliação inclusiva. Estudos como o de Carvalho e Pereira (2021) demonstram que, ao se valorizar o progresso individual e não apenas padrões rígidos de desempenho, os alunos com deficiência intelectual passam a ser reconhecidos em seus avanços singulares. Isso reforça a necessidade de

ressignificar o conceito de sucesso escolar, ampliando sua compreensão para além de métricas quantitativas.

Os achados também evidenciam que a inclusão só se concretiza quando é assumida como responsabilidade coletiva. Ferreira e Pletsch (2020) ressaltam que a colaboração entre professores, gestores e equipe de apoio constitui condição essencial para práticas inclusivas consistentes. O trabalho coletivo rompe com a lógica da responsabilização individual do professor e amplia a rede de apoio necessária ao processo de alfabetização.

Nesse sentido, a formação docente se coloca como eixo estruturante. Os dados analisados confirmam a urgência de programas de formação continuada que dialoguem diretamente com a realidade das escolas. Oliveira e Leite (2020) salientam que formações genéricas e descontextualizadas não promovem mudanças efetivas, sendo necessário investir em processos formativos críticos, reflexivos e participativos. Esse movimento reforça a concepção freireana de que ensinar exige abertura ao diálogo e compromisso com a transformação social (FREIRE, 1996).

Outro aspecto importante discutido na literatura é a necessidade de flexibilização curricular. Glat e Pletsch (2019) defendem que, sem adequações no currículo, a inclusão se torna superficial e simbólica. Os resultados corroboram essa ideia ao demonstrarem que práticas alfabetizadoras inclusivas se fortalecem em contextos que adotam currículos abertos, que reconhecem a diversidade como elemento constitutivo da escola e não como exceção.

1312

Os estudos também apontam que a afetividade é um recurso pedagógico essencial, frequentemente negligenciado em formações docentes mais tecnicistas. Cunha e Santos (2019) evidenciam que a relação de confiança, acolhimento e incentivo influencia diretamente a motivação e a autoestima dos alunos com deficiência intelectual, repercutindo em seu desempenho acadêmico. Assim, o aspecto humano das relações escolares precisa ser entendido como parte integrante do processo alfabetizador.

No entanto, não se pode ignorar as resistências e preconceitos ainda presentes nas instituições de ensino. Santos e Lima (2021) lembram que as baixas expectativas em relação às potencialidades dos alunos com deficiência intelectual contribuem para perpetuar práticas excludentes. Nesse ponto, os resultados sugerem a necessidade de ações de sensibilização e de construção de uma cultura escolar inclusiva, que ultrapasse os limites do discurso e se manifeste no cotidiano pedagógico.

Por fim, a análise aponta para caminhos futuros que envolvem maior investimento em políticas públicas, infraestrutura, formação docente e apoio interdisciplinar. A inclusão de alunos com deficiência intelectual na alfabetização não deve ser vista como desafio isolado, mas como parte de um compromisso ético e social mais amplo com a democratização da educação. Como destaca Mantoan (2015), a escola inclusiva é aquela que se reinventa continuamente para garantir que todos aprendam, reafirmando a educação como um direito universal e inegociável.

## CONCLUSÃO

A análise realizada evidenciou que a alfabetização de alunos com deficiência intelectual é um processo complexo, permeado por inúmeros desafios, mas também por caminhos possíveis e férteis quando a escola se compromete com práticas pedagógicas inclusivas. Constatou-se que a ausência de formação adequada, a rigidez curricular e as resistências culturais ainda configuram barreiras significativas. Contudo, também emergiram estratégias e experiências inovadoras que demonstram que a inclusão não é apenas necessária, mas viável, desde que haja intencionalidade pedagógica, sensibilidade e compromisso ético com o direito de aprender.

Outro aspecto central identificado foi a importância da formação docente como eixo estruturante da inclusão. A literatura analisada reforça que professores inseguros ou pouco preparados tendem a reproduzir práticas excludentes ou superficiais, enquanto formações continuadas contextualizadas possibilitam a construção de alternativas pedagógicas mais eficazes. Assim, investir na formação inicial e permanente dos educadores não é apenas uma necessidade, mas uma condição para que a alfabetização de alunos com deficiência intelectual se concretize de forma democrática e equitativa.

Também se verificou que a inclusão, para além das metodologias e recursos utilizados, requer uma mudança cultural na escola. Valorizar a diversidade, reconhecer o potencial de cada estudante e adotar avaliações que considerem os avanços individuais são práticas que ressignificam o papel da educação e rompem com visões reducionistas sobre a deficiência intelectual. Nesse sentido, a afetividade, a ludicidade e o trabalho colaborativo emergem como dimensões fundamentais para fortalecer o processo de aprendizagem e para construir um ambiente escolar mais justo.

Os resultados igualmente apontam para a necessidade de maior alinhamento entre políticas públicas e práticas escolares. Embora documentos como a BNCC e o PNE reafirmem o compromisso com a inclusão, ainda há uma distância considerável entre o que é prescrito e o que se materializa no cotidiano da alfabetização. Investimentos em infraestrutura, recursos acessíveis, equipes multidisciplinares e condições dignas de trabalho docente são elementos indispensáveis para que a inclusão não se restrinja ao discurso, mas se efetive na prática pedagógica diária.

Em síntese, a alfabetização de alunos com deficiência intelectual deve ser compreendida como parte de um projeto de educação inclusiva mais amplo, que reconhece a diversidade como valor e a diferença como potência. Esse processo exige o engajamento de todos os atores escolares, o fortalecimento da formação docente e o compromisso político com a igualdade de oportunidades. Avançar nessa direção significa reafirmar a escola como espaço de cidadania, esperança e transformação, em consonância com a perspectiva freireana de que todos podem aprender e que ensinar é, sobretudo, um ato de amor e responsabilidade social.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R. S.; TORRES, M. **Inclusão e acompanhamento pedagógico: desafios da alfabetização**. Revista Educação em Debate, v. 42, n. 3, p. 55-72, 2020. 1314
- BARBOSA, F.; REIS, C. **Formação continuada e alfabetização inclusiva: experiências docentes**. Revista Brasileira de Educação, v. 27, n. 89, p. 1-15, 2022.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.
- BARROS, S. R.; SOUZA, J. F. **A valorização docente nos trabalhos acadêmicos**. Revista Educação e Políticas em Debate, v. 11, n. 1, p. 5-20, 2022.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.
- CARVALHO, E. A.; PEREIRA, H. **Inclusão e avaliação na alfabetização**. Revista Práxis Educacional, v. 17, n. 40, p. 111-128, 2021.
- CLEMENT, S.; SHELFORD, V. E. **Bio-ecology: an introduction**. 2. ed. New York: J. Willey, 1966.
- CUNHA, V. M.; SANTOS, A. F. **Afetividade e aprendizagem inclusiva**. Revista Educação Especial, v. 32, n. 64, p. 201-218, 2019.
- FERNANDES, A. M.; MARTINS, J. B. **Alfabetização e diversidade: caminhos inclusivos**. Revista Brasileira de Educação, v. 25, n. 82, p. 1-17, 2020.

FERREIRA, M. C.; PLETSCHE, M. D. **Colaboração docente e inclusão**. Cadernos de Pesquisa, v. 50, n. 176, p. 345-360, 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GLAT, R.; PLETSCHE, M. D. **Educação inclusiva**: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: Wak, 2019.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LOPES, L. R.; ALMEIDA, F. C. **Educação inclusiva na alfabetização**. Revista Educação e Sociedade, v. 40, n. 147, p. 1-18, 2019.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2015.

MELO, G. P.; ARAÚJO, D. S. **Interdisciplinaridade e inclusão escolar**. Revista Educação em Foco, v. 24, n. 2, p. 88-104, 2019.

MIRANDA, P. A.; COSTA, D. C. **Ludicidade e alfabetização inclusiva**. Revista de Estudos Educacionais, v. 23, n. 2, p. 133-148, 2021.

OLIVEIRA, A. A.; LEITE, L. P. **Práticas inclusivas na alfabetização**: reflexões sobre desafios e possibilidades. Revista Brasileira de Educação, v. 25, n. 82, p. 1-15, 2020. 1315

SANTOS, E. F.; LIMA, J. G. **Cultura escolar e inclusão**: resistências e avanços. Revista Educação em Perspectiva, v. 12, n. 3, p. 45-61, 2021.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SILVA, J. R.; NOGUEIRA, M. V. **Formação docente e inclusão**: caminhos para a alfabetização de alunos com deficiência intelectual. Revista Educação em Debate, v. 43, n. 2, p. 134-150, 2021.

SOUZA, T. A.; ANDRADE, V. **Tecnologias digitais e inclusão escolar**. Revista Tecnologias em Educação, v. 14, n. 1, p. 98-113, 2022.